PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-05-03	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2017.05.03 17:32:40 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4098 / XIII (2 .ª)

Assunto: Sobre os acontecimentos na Quinta da Carreira, S. João do Estoril

Destinatário: Min. da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 2 de Maio de 2017, mais de duas dezenas de moradores da Quinta da Carreira, em S. João do Estoril, protestavam contra as obras de construção de um parque de estacionamento em terreno classificado como Reserva Ecológica Nacional. A obra iniciou-se há dias, sem edital, sem aprovação em reunião da Câmara Municipal de Cascais e sem qualquer aviso aos moradores.

Clemente Alves, Vereador do PCP na CM Cascais, esteve presente no protesto, num ato de solidariedade para com os moradores, dando a conhecer a ação dos eleitos do PCP na Câmara e Assembleia Municipal sobre a matéria e questionando a realização desta obra ilegal.

Os responsáveis da empresa municipal Cascais Próxima, que está a realizar a obra, chamaram a polícia, indo contra o legítimo protesto dos moradores. A PSP teve uma intervenção intempestiva e desadequada por parte de alguns agentes que culminou com a detenção do vereador do PCP, Clemente Alves, sem a devida informação do motivo pelo qual estava a ser detido. Foram ainda identificados outros moradores que estavam no protesto.

O protesto foi convocado pelos moradores da Quinta da Carreira, que se mobilizaram contra a construção do parque de estacionamento e para exigir explicações por parte da câmara municipal, o que nunca foi feito por parte do executivo.

O PCP está, e esteve desde sempre, solidário com a justa reivindicação da população contra a construção em leito de cheia e sempre defendeu a construção de um parque urbano para o local.

O PCP reitera o direito das populações em defender os seus legítimos interesses e o direito ao protesto e repudia e considera inaceitável a forma intempestiva como alguns agentes da PSP atuaram sobre os moradores e, em particular, da forma agressiva e totalmente despropositada com que intervieram sobre o Vereador do PCP, Clemente Alves.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicita a V.ª Ex.ª que remeta ao Governo, por intermédio do Ministério da Administração Interna, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. Por que razão foi chamada a PSP ao local?
2. A PSP tentou apurar junto dos presentes porque se concentravam cerca de duas dezenas de pessoas numa passagem pública pedonal?
3. Qual foi a razão para a PSP ter derrubado, imobilizado e algemado o vereador do PCP na Câmara Municipal de Cascais depois deste se ter identificado enquanto tal e mostrar toda a documentação pedida?
4. Perante a evidência de se tratar de uma obra ilegal, sem nenhum anúncio de edital, nem de autorização da obra, por que razão a PSP só se preocupou em retirar as pessoas do local? Porque não registou ocorrência quanto às ilegalidades da obra em questão?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 3 de Maio de 2017

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

RITA RATO(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.